


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0017199-75.2010.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Crime de Lesão Corporal Dolosa (Art. 129, Cp) - Lesão Corporal**
 Documento de Origem: **IP - 111/2010 - Delegacia de Defesa da Mulher**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Ivan Zanata**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ana Paula Comini Sinatura Asturiano**

IVAN ZANATA foi denunciado como incurso no art. 129, § 9º, do Código Penal, porque, no dia 17 de julho de 2010, por volta das 22h22, na Rua Cláudio do Amaral, nº 19, Jardim Maria Luiza, nesta cidade de Araraquara, ofendeu a integridade física de sua ex-companheira *Márcia Regina da Silva Paulino*, com quem vivia união estável há aproximadamente dois anos, causando-lhe as lesões corporais descritas no laudo de exame de corpo de delito de fl. 11.

Recebida a denúncia (fl. 69), o réu foi citado por edital, ocorrendo a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional em 11/11/2011 (fl. 85).

As tentativas de localização do acusado na fase processual foram infrutíferas.

Na sequência, a ilustre representante do Ministério Público requereu a improcedência desta ação penal por ausência de provas para a condenação (fl. 103).

Em seguida, a defesa apresentou resposta à acusação às fls. 105/106, endossando o pedido ministerial e postulando a absolvição do réu diante da fragilidade

505088 sentença genérica base crime 1231



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

probatória.

É o relatório.

Decido.

A ação penal é improcedente.

Em que pese a vítima tenha noticiado na fase policial ser o acusado o autor da lesão corporal sofrida por ela na data dos fatos, observa-se que, em juízo, não foi reproduzida prova incriminadora apta a autorizar o édito condenatório.

Ademais, constata-se a ausência de testemunhas presenciais, além do fato de a ofendida ter deixado de se submeter ao exame de corpo de delito complementar, impossibilitando a verificação da natureza das lesões.

À fl. 37 tem-se também a retratação da ofendida, informando que não sofreu nenhuma sequela e que se reconciliou com o incriminado, não tendo mais interesse em vê-lo processado.

Com efeito, sem serem corroboradas na fase judicial, as provas levantadas na Polícia não podem embasar a condenação, já que o inquérito policial, tão-somente, não se presta a tal finalidade.

A esse respeito já se decidiu:

'As provas obtidas na fase indiciária não podem, isoladas, embasar édito condenatório, que somente será prolatado se os elementos do inquérito policial estiverem em consonância com o conjunto probatório amealhado no curso da relação jurídico-processual' (RJTACRIM 30/268).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Portanto, não apurados os fatos na instrução criminal, etapa na qual nem mesmo a vítima foi ouvida, o caso é de ausência de prova, impondo-se a absolvição.

Diante do exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação penal para **absolver** o réu **IVAN ZANATA**, qualificado nos autos, da acusação de cometimento do crime previsto no artigo 129, § 9º, do Código Penal, o que faço com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

P.I.C.

Após o trânsito em julgado arquivem-se os autos.

Araraquara, 30 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**